



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

Participantes	
Membros	
SEDS	COGEMAS
Tadeu Atila Mendes (Coordenador Suplente)	Roberta Cristina P. Mello (suplente)
Maiara de Almeida Abreu (titular)	Márcia Regina Ferreira da Silva (suplente)
Renata Mareziuzek dos Santos (titular)	José Roberto Zanchi (suplente)
Paula Cristina Calsavar Cunha (suplente)	Elias de Souza Oliveira (titular)
Samanta Krevorucka (suplente)	Mariângela Broch da Costa (titular)
Carmen Cristina Zadra (titular)	Celso Evaristo da Costa (suplente)
Membros da Secretaria-Executiva:	
Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR Ana Paula Moares Nazarko – Membro COGEMAS	
Demais Participantes: Lucilene Moraes Souza – Jd Olinda, Denise Ferreira Neto – FAS – Curitiba, Ironi do Rocio V. de Camargo – GSUAS/SEJUF, Rebekka R. Alves – Piraquara – Marcela Evangelista – GOFSS/SEJUG, Adrianis Galdino Júnior – CEAS/PR.	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovações das memórias (Julho/ Agosto/ Setembro);
3. Previsão do Plano de Ação LOA 2020;
4. Calendários de reuniões 2020.

Informes:

- GT Regionalização;
- Panorama – Aceites dos Incentivos CRAS e CREAS;
- XIII Conferência Estadual de Assistência Social;
- Relato da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social;
- COGEMAS.

Abertura:

O Coordenador Suplente da CIB/PR, Tadeu Atila Mendes deu início à reunião saudando os convidados com boas vindas, desde já agradecendo pelos êxitos alcançados durante o ano e manifestando o seu desejo de

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba | Paraná | 41

3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

continuidade e progresso para o ano que virá.

1. Aprovação da pauta da reunião:

A pauta foi submetida à pactuação pelos membros da CIB/PR e pelos gestores municipais contendo as seguintes inclusões:

- 5 - Construção de uma agenda de diálogos entre COGEMAS e Dpto. de Assistência Social da SEJUF;
- 6 - Avaliação da Pactuação com o Programa de Inovação Social para o Paraná;
- 7 - Panorama dos grupos de Estudos por Escritório Regional sobre o SUAS e o Sistema de Justiça;
- 8 - Tramitação da cadeira do COGEMAS no CEAS;
- 9 - Informe: Demonstrativo Sintético Físico-financeiro;
- 10 - Pactuação GT de Regionalização.

2. Aprovações das memórias (Julho/Agosto/Setembro):

A SEC Juliana Muller relatou o encaminhamento no dia 27/10/2019 das memórias dos meses de Julho, Agosto e Setembro a serem pactuados, do qual não recebeu nenhuma contribuição. Memórias aprovadas.

3. Previsão do Plano de Ação LOA 2020:

A chefe do Departamento de Gestão Financeira da SEJUF – GOFIS/SEJUF, Marcela Evangelista, apresentou o Plano de Ação do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PR, para elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020. Informou que em 2019 o valor era R\$127.000.000,00. Para o próximo ano a previsão será de R\$96.166.388,00. Parte da redução deve-se às obras CRAS e CREAS, já executadas, mas relatou também que realmente houvera cortes nos custeios devido à nova emenda da união de contenção de despesas para custeios. Marcela, no entanto, informou a possibilidade de se pleitear a Fazenda para suplementação caso seja necessário. Adiante, apresentou um documento dividido em 4 projetos e atividades, como o orçamento: o Família Paranaense – que terá um novo nome -, o bloco de gestão do SUAS, o bloco da Proteção Social Básica e o bloco da Proteção Social de Média e Alta Complexidade. Do Família Paranaense: a primeira ação é a de transferir renda complementar direto às famílias, benefício renda Família Paranaense conforme informação Estadual; a previsão total é de R\$18.494.000,00, dividida em duas fontes de recursos do tesouro, a 101 e a 147. A Ação 2 fala de transferência às famílias, benefício Família Paranaense, conforme legislação estadual Tarifas, com previsão de R\$1.200.000,00 que está na 147, específicas para pagar a Caixa Econômica na inserção de valores, pagando o custo de contrato até o cartão do banco ser confeccionado. A Ação 3 é o apoio técnico e financeiro dos municípios para acompanhamento intersetorial e sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade social, na fonte 142, no valor de R\$12.060.330,00. Na ação 4 está o apoio ao aprimoramento de CRAS e CREAS por meio da implementação de novas unidades e/ou melhorias nas unidades existentes, do qual fora deixado o apenas o valor simbólico de R\$121.000,00 na fonte 101. Bloco Família Paranaense com um total de R\$31.875.330,00. Do Bloco da Gestão do SUAS: a primeira ação é aprimorar a gestão com ênfase no planejamento, assessoramento, monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial. Há a previsão de R\$1.266.500,00, distribuídas entre fontes vinculadas. A Fonte 257, de R\$465.000,00, são as placas do DETRAN. A fonte 281 são R\$500.000,00, do Fundo Nacional, para o IGD SUAS. Na segunda está a capacitação, qualificação e sensibilização dos gestores, trabalhadores, conselheiros e demais atores que possuem relação com o repasse do SUAS no valor de R\$1.200.000,00 na fonte 281, do Capacita SUAS. Já a terceira ação refere-se ao cofinanciamento estadual dos serviços, programas, projetos, benefícios e aprimoramentos da gestão, na fonte 102, Fundo da Pobreza, com R\$5.135.000,00, e na fonte 257 o valor de R\$3.765.000,00, totalizando R\$8.900.000,00. O PPS I detém um custo de R\$12.900.000,00, mas a execução acabou diminuindo, logo, a previsão deve chegar no exercício e prospecção de 2020, em virtude dos municípios possuírem saldo em conta. Assim, no Bloco da Gestão do SUAS o valor total é de R\$11.366.500,00.

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba | Paraná | 41 | 3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

Da Proteção Social Básica: a primeira ação é da construção e reforma dos Centros de Referência de Assistência CRAS e outras unidades de Proteção Social Básica pela Paraná Edificações. Na fonte 101, a previsão é de R\$6.245.000,00; na fonte 102, a previsão de R\$2.000.000,00; e na fonte do BID a previsão de R\$4.000.000,00. Total das obras de CRAS no valor de R\$12.245.000,00. A ação 2 trata-se de repassar recursos aos municípios para construção de CRAS, com previsão na fonte 257 de R\$500.000,00, porque se obteve uma deliberação que autorizou o repasse para 10 municípios, dos quais alguns ainda executam. O item 3 refere-se ao apoio aos Centros da Juventude na questão de vulnerabilidade: no valor do BID de R\$603.000,00. Já a ação 4 refere-se à construção do prédio de atendimento intergeracional, com previsão de R\$18.080.000,00 da fonte 102. A ação 5 e a ação 6 relacionam-se a apoiar e assessorar o programa Bolsa Família e recadastro único para programas sociais; na ação 5 são ações de custeio e na ação 6 são ações de investimento. Da fonte 281, a previsão de R\$480.000,00 em custeio e R\$20.000,00 em investimento. A ação 7 refere-se a cofinanciar municípios para concessão de benefícios eventuais, com previsão de repasse fundo a fundo na fonte 102 de R\$3.265.000,00. A proteção básica fecha em R\$35.193.000,00. E, por último, a proteção social de média complexidade: na ação 1, proteção, ampliação e reforma dos centros de referência especializada e de assistência social CREAS e outras unidades através da Paraná Edificações, do BID e fonte da pobreza um total de R\$4.165.000,00. Na ação 2, apoiar municípios na execução de serviços tipificados de média complexidade por meio de cofinanciamento fundo a fundo, o valor total de R\$4.709.000,00. Na ação 3, apoiar municípios na execução dos serviços tipificados de alta complexidade por meio de cofinanciamento fundo a fundo, previsão na fonte 102 de R\$6.578.629,00. Na ação 4, apoiar municípios na execução de serviços regionalizados de alta complexidade conforme tipificação nacional por meio de cofinanciamento fundo a fundo, previsão total de R\$891.518,00. E na ação 5, financiar serviços de acolhimento institucional por meio de contratos e parcerias, no valor de R\$1.187.411,00. Assim, a proteção especial totaliza R\$17.731.558,00. Adiante, os membros José Roberto Zanchi e Elias de Souza demonstraram preocupação com os cortes de custeio, especialmente na proteção social básica, tendo em vista o impacto da falta de repasse no atendimento e nos objetivos traçados como política de ação, como efetivar as atividades intergeracionais. Adrianis apontou para a preocupação de que uma repentina extinção do Fundo da Pobreza faria a política de assistência social definir, ainda mais somados aos demais problemas, como os profundos cortes no Bolsa Família. Prof. Tadeu elucidou, a princípio, que o orçamento do Estado é construído com o Secretário da Fazenda, sem consulta aos demais secretários; assim, propôs que se leve a discussão ao Secretário da SEJUF expondo a proposição e solicitando que este intervenha junto ao Governo Estadual. **Proposta Pactuada:** Com a visualização das problemáticas acarretadas pelos cortes, a CIB/PR aprovou **apenas a execução dos recursos para os serviços, programas e benefícios continuados viabilizados por meio do Piso Paranaense de Assistência Social**, e registrou a não aprovação dos demais itens; logo, sem pactuação até que a suplementação seja rediscutida.

4. Calendários das reuniões 2020:

Proposta de datas apresentada pela SEC Juliana Muller: 25/02, 31/03, 26/05, 30/06, 28/07, 29/09, 27/10, 01/12. Proposta não aprovada. Novas datas propostas: 31/03, 14/04, 19/05, 30/06, 28/07, 29/09, 20/10, 01/12.

Calendário pactuado.

5. Construção de uma agenda de diálogos entre COGEMAS e Dpto. de Assistência Social da SEJUF:

O presidente do Cogemas/PR, José Roberto Zanchi, relatou que se discute todo o cenário de preocupação em referência ao desmonte do SUAS, mas exprimiu, de fato, a necessidade de aproximação entre os municípios, Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n |Centro Cívico| |80530-915| |Curitiba| |Paraná| [41]

3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

no âmbito do COGEMAS, e o Governo de Estado para que se possa caminhar juntos e realizar proposições.

Logo, uma das ferramentas exibidas para a construção coletivamente fora a consonância com o Dpto. de Assistência Social, entendendo que é uma possibilidade de ganho a aproximação. Nessa lógica, propôs-se ao representante do departamento, prof. Tadeu, que se faça uma agenda de encontros, a princípio em todos os momentos que antecedem à CIB ou mensalmente, independente da própria CIB. A Carmen ainda fez a proposta de ampliação da reunião, com a presença da FORTIS e dos demais conselhos, O prof. Tadeu expressiu que a agenda de diálogos deve ser permeada pelos pontos de partida e parâmetros de avanços contidos nas demandas da assistência social, dando respostas a este com os movimentos de cofinanciamento possíveis e, assim, buscar o fim comum, do qual expressou ser também o interesse do Governo Estadual.

6. Avaliação da Pactuação com o Programa de Inovação Social para o Paraná:

O Coordenador Suplente da CIB/PR e Diretor do Departamento de Assistência Social – DAS/SEJUF, Tadeu Átila Mendes expressiu que fora realizado um cálculo e percebeu-se que não haveria como empenhar ainda em 2019, mas que a reflexão gerou a possibilidade de colocar o processo em um mesmo sentido, tendo em vista o caráter de construção coletiva da Assistência Social. Expressou ainda, que a atitude de apresentação de propostas é da alçada da inovação da questão social na esfera estadual.

7- Panorama dos grupos de Estudos por Escritório Regional sobre o SUAS e o Sistema de Justiça/ 10. Pactuação GT de Regionalização:

A representante da CIB/PR, e técnica do Departamento de Proteção Social Especial – DPSE/ SEJUF, Carmen Zadra, informou sobre a organização do GT de Regionalização. A sugestão da CIB era de que se criasse grupos de trabalho por Regional, do qual se promoveu a mobilização a partir de setembro a fim de organizar o grupo de trabalho, que formou e pôs em prática a execução. A partir das respostas de parte dos ER's, o início de formalização dos trabalhos. Dessa maneira, a proposta é de apresentar o processo em que se encontram tais GT's. Assim, Luciane, técnica da Proteção Especial, exibiu a apresentação. Os GT's já formulados apresentados foram de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Vaiporã, Maringá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Londrina e União da Vitória. A seguir, o processo será de estabelecer o modelo padrão de plano de trabalho. Os municípios já informaram quais serão os participantes dos grupos de trabalho, alguns com a pendência, ainda, de definir suas funções. Aos demais municípios que não formularam, será encaminhada outra resolução, informou. A conclusão dos trabalhos será em Novembro de 2020. Elias apontou que o primeiro trabalho dos GT's deve ser lidar com as demandas levantadas pelo Sistema de Justiça, do qual deve ser repassada pela comissão formada pela CIB ao ER's. Para fechar os trabalhos, a CIB aprovou a criação de uma Câmara Técnica específica para o próximo ano, a fim de lidar com as questões expostas. Das informações e sistematização de pesquisa, aprovada a proposta de envio de ofício ao Governo Federal com a solicitação dos dados do panorama do Sistema de Justiça. **Encaminhamentos Pactuados.**

A SEC ainda informou que as últimas contribuições da minuta do decreto da lei 13.431 encaminhadas e sistematizadas pela equipe será pautada na reunião do CEDCA, já que fora encaminhada ao coordenador do grupo da FORTIS. Pauta do Panorama dos grupos de Estudos por Escritório Regional sobre o SUAS e o Sistema de Justiça naturalmente encerrada. Carmen informou, adiante, que dois municípios enviaram resposta do GT, sendo eles Toledo e Jacarezinho, os quais serão incluídos na resolução.

8. Tramitação da cadeira do COGEMAS no CEAS:

A SEC Juliana Muller relatou que a dificuldade encontra-se no fato de que é preciso alterar a lei do CEAS, do Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n |Centro Cívico| |80530-915| |Curitiba| |Paraná| [41] 3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

qual está sendo avaliado pela PGE. Adrianis apontou que seria uma questão de representação, ou seja, avaliar se o COGEMAS, enquanto colegiado, estaria de acordo com o que as leis determinam para os critérios de representação, tendo em vista que política direta somente há representação do Estado. Prof. Tadeu, logo, manifestou a necessidade de que o CEAS participe do diálogo através de um fórum de diálogo que integre CIB, CEAS e COGEMAS. José Roberto Zanchi, a este respeito, manifestou o interesse de que a atitude evolua, com o fórum, de obrigações orçamentárias para obrigações de força política e de compromisso com a população. A técnica da DAS/SEJU, Maiara de Almeida Abreu, explanou que a alteração na minuta de lei passou pelo jurídico e chegou à SEFA, onde se encontra no presente momento em tramitação. Logo, aguarda-se a informação. Assim, apesar de não se ter discutido o assunto propriamente, acredita que a tramitação, após o processo, seja totalmente possível.

Prof. Tadeu informou que esteve em Brasília discutindo o tema 'SUAS e Judicialização', onde foram levadas algumas questões junto ao MPF, ao Judiciário Federal e representantes do Estado de Minas Gerais. No debate identificou-se um problema comum: como enfrentar a novidade e avançar nela. Relatou que o MPF identificou que as áreas buscam realizar a defesa de direitos sem integração entre elas, o que acarreta em choques efetivados por tomadas de medidas destoantes. Elias expressou a necessidade de realizar um mapeamento das vagas abertas pelo sistema de justiça das varas de Infância e Juventude, pois houve áreas que não foram solicitados técnicos, logo, a CIB deveria questionar as motivações de tal procedimento. O prof. Tadeu expressou que o encaminhamento deve ser seguido por um argumento que demonstre a importância da existência técnica.

9. Informe: Demonstrativo Sintético Físico-financeiro:

A técnica da DAS/SEJUF e membro suplente da CIB/PR, Ticyana Paula Beghini, informou que o prazo do Governo Federal para os municípios enviarem o demonstrativo foi: 26/11/2019, sem prorrogações. Apresentou o panorama com quantificação por ER, do qual demonstrou a preocupação em relação aos 36 municípios que ainda se encontravam em preenchimento quando o prazo encerrou-se. Informou que não se obteve resposta do Governo se realmente não haverá prorrogações, logo, a situação de como ficará tais municípios. 36 municípios não preencheram com relação a serviços, do IGD SUAS foram 39 e do IGD Bolsa Família 33. Elucidou que o preenchimento não se deu apenas por negligência dos municípios, mas que a plataforma apresentava; ou, em outros os casos, optaram por não preencher, pois os números estavam errados, onde a Secretaria Nacional de Assistência reportou à Secretaria da Tecnologia e Informação os problemas do sistema, mas que não obtiveram resposta tão pouco solução. Do CENSO SUAS, informou que está aberto o procedimento novamente até o dia 06/12/2019. Solicitou-se que os municípios printassem a tela e registrassem os erros que os acometiam e encaminhavam ao e-mail da Secretaria.

Informes:

Informe: XIII Conferência Estadual de Assistência Social:

A SEC informou que no início de Novembro a comissão organizadora do CEAS reuniu-se e decidiu que a conferência ocorreria nos dias 28 e 29/04/2020. Assim, a SEC encaminhou um e-mail aos membros da CIB informando tal decisão. A comissão encontra-se em processo de finalização das propostas advindas dos municípios e a partir de Fevereiro entrará em contato com os delegados que foram eleitos por seus conselhos municipais. Informou que o entrave referente ao custeio dos delegados foi dissolvido, já que haverá uma alteração na lei nesse sentido, que possibilitará a todos os âmbitos a procedência de tal forma sem

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n |Centro Cívico| |80530-915| |Curitiba| |Paraná| [41] 3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

dificuldades. José Roberto Zanchi manifestou a importância e relevância da Conferência e registrou o pesar, enquanto COGEMAS, referente aos sucessivos adiamentos de tal realização.

Informe: Relato da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social:

A técnica Ironi do Rocio, da Divisão de Gestão do SUAS – SEJUF, apresentou em tela o relatório produzido pelos participantes Conferência Nacional Democrática de Assistência Social. O tema da conferência foi Direito do Povo com financiamento Público e Participação Social, e contou com a participação expressiva da representação dos usuários, que levaram questões da política de Assistência Social. Anteriormente a Conferência havia sido “desconvocada” pelo Governo Federal, porém, com o esforço de recolher assinatura de outros organismos e instituições, movimentos e frente, totalizando 12 entidades da Sociedade Civil que compõem o CNAS mais 280 organizações, a conferência foi convocada e realizada, tendo em vista a responsabilidade do Conselho e do Controle Social. Houve o relato de 23 estados mais o Distrito Federal de que fizeram a conferência, que também foram democráticas, enquanto outros 3 estados estão com conferências programadas. Reforçou o caráter da importância de se realizar as conferências no sentido de se visualizar o rumo que ofereçam no direcionamento da política. Chamou atenção aos pontos principais da programação, ilustrando o relatório que será repassado, destacando o painel do impacto do desmonte do SUAS no Brasil, além de informar que não houvera uma abertura oficial, mas que ocorreu uma mobilização e dinâmica inicial sem formalidades, nem ocorreu debate de cada mesa. Expôs que elaboraram uma carta conjunta, que será disposta na página, com uma agenda de lutas de Assistência Social. No último dia, a tarde, ocorreu uma audiência pública na Câmara Federal, do qual há um link no relatório que direciona para a audiência. Da sistematização, fora encaminhado um resumo das deliberações das conferências estaduais, do qual tentou relatar todas, mas que, no geral, comparece muito a constatação e os indicativos do descumprimento do que está sendo pactuado na CIT, entre outras problemáticas. A conferência, enquanto representação das entidades presentes, manifestou-se em denúncia contra o desmonte do SUAS e reafirmou o caráter da assistência social como direito do povo, além de se posicionar contra as atitudes do Governo Federal e todas suas contrarreformas. **Principais discussões:** Adrianis reforçou a manifestação e presença dos usuários na Conferência, levando demandas imprescindíveis, mas apontou a preocupação com a precarização do trabalho de assistência social, o que acarreta na intervenção e trabalho de pessoas não técnicas, que não responde às necessidades da população. Elias expressou acerca do cofinanciamento, apontando que sua necessidade está por demandas de custeio. Já Rebeca registrou a pluralidade no espaço da Conferência, mesmo estando todos unidos do mesmo interesse, mas manifestou a necessidade de se achar caminhos de diálogos com o governo, a fim de interromper o desmonte. Carmen fez o apelo de que a carta e a repercussão sejam repassadas ao secretário, a fim de que a Secretaria esteja em consonância com os interesses da política de assistência social, que atende as demandas do povo.

- Panorama – Aceites dos Incentivos CRAS e CREAS:

A representante da CIB/PR, e técnica do Departamento de Proteção Social Especial – DPSE/ SEJUF, Carmen Zadra, relatou que foram 79 municípios contemplados no CRAS, sendo 128 unidades, enquanto do CREAS foram 61 municípios e 71 unidades, com 101 municípios contemplados por ambos. 87 municípios já solicitaram pagamento, com prazo para encaminhar a solicitação até 06/12/2019. Os municípios com dificuldade de documentação enfrentam entraves na resolução ou enviaram com erros; tais questões foram enviadas e a expectativa é de que sejam corrigidas a tempo. Havia uma pendência na mudança do processo de termo de adesão para o sistema SIFF, mas a PGE demonstrou contrariedade ao processo e expressou que deveria ser realizado ou por acerto digital ou por documento assinado. Das assinaturas, apresentou alguns municípios com pendência: Campina Grande do Sul não enviou com a assinatura do Secretário, Astorga e Campo Largo enfrentam em dificuldades em obter a assinatura do prefeito, Sertãoópolis enviou a assinatura física sem enviar

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n |Centro Cívico| 80530-915| Curitiba| Paraná| 41
3210-2419



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

02/12/2019

Sala de Situação – 4º andar – Palácio das Araucárias -

Horário: 13h30 Às 17h30

a assinatura digital. 19 municípios ainda estão com pendência e não responderam com envio da assinatura nem do Prefeito nem do Secretário.

Informe: Panorama – Benefício Eventual IV:

A técnica da DAS/SEJUF e membro titular da CIB/PR, Renata M. dos Santos, relatou que dos 106 municípios elencados na deliberação, 73 já encaminharam pedido de pagamento. Expressou que se solicitará extensão do prazo de envio ao CEAS para alguns municípios, tendo em vista as dificuldades consideráveis de realização encontrados, enquanto outros não são passíveis de receber o repasse. O status final será apresentado na próxima reunião.